



## Políticas públicas para a agricultura familiar na região Sudoeste mato-grossense: realidade e perspectivas

Marcela de Almeida Silva\* e Ronaldo José Neves

Laboratório de Geotecnologias, Universidade do Estado de Mato Grosso, Avenida Santos Dumont, s/n, Santos Dumont, 78200-000, Cáceres, Mato Grosso, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: [marcellaalsi@gmail.com](mailto:marcellaalsi@gmail.com)

**RESUMO.** Este artigo resulta de uma pesquisa que objetivou investigar as possibilidades de acesso às políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar e o turismo rural, considerando os produtos diferenciados produzidos nas unidades de processamento dos assentamentos: Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, na região Sudoeste mato-grossense. Obtiveram-se os resultados a partir de revisão bibliográfica; levantamento de dados secundários; pesquisa de campo para realização de entrevista com uso de formulário e registro fotográfico; georreferenciamento das unidades de processamento e sistematização e interpretação dos dados, numa abordagem qualitativa. Das políticas públicas do governo federal, as unidades de produção acessam o Pronaf, PAA e Pnae, por meio de compra direta com doação simultânea via Conab, dos produtos produzidos no assentamento. Os agricultores dos assentamentos são assistidos pelos técnicos do STTR de Cáceres e pela Fase, que orientam os grupos na elaboração de projetos para angariar fundos, atendimento às exigências burocráticas e transferência de tecnologias para melhoria da produção. Concluiu-se que os programas acessados de governo, bem como a assistência técnica do sindicato e da Fase promoveram mudanças nas condições de vida e de produção das famílias pesquisadas, propiciando inclusão e autonomia às mulheres no mercado de trabalho e geração de renda.

**Palavras-chave:** políticas sociais, arranjos produtivos, integração comercial, turismo rural.

## Public policies for family farming in the southwestern region of the state of Mato Grosso: Reality and perspectives

**ABSTRACT.** Current study investigates the possibilities of access to public policies that benefit family farming and rural tourism. It considers the differentiated products produced in the processing units of the settlements Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves in the southwestern region of the State of Mato Grosso, Brazil. A review of the literature, retrieval of secondary data, fieldwork for interviews using form and photographic records, geo-referencing of processing units; systematization and interpretation of data within a qualitative approach produced the following results. Production facilities accessed Pronaf, PAA and Pnae Programs within the context of public policy of the Brazilian Federal Government through direct purchases with simultaneous donation, via Conab, of agro products, vegetables and fruits produced on the settlement. Farmers in the settlements are assisted by the staff of STTR from Cáceres and by Fase who give guidance to groups in preparing projects to raise funds, compliance with bureaucratic requirements and transfer of technologies to improve production. Results show that the government programs as well as the technical assistance by trade unions and by Fase promoted changes in the well-being and production of the families surveyed. They provided inclusion and autonomy for women in the labor market and income generation.

**Keywords:** social policies, production arrangements, trade integration, rural tourism.

### Introdução

As transformações ocorridas no espaço rural brasileiro a partir da década de 1970, bem como em suas regiões e microrregiões, dinamizaram os modos de trabalho, de produção e os meios de vida dos agricultores familiares, e isso possibilitou a diversificação e o aumento da renda nos assentamentos de reforma agrária e de crédito fundiário, como também a criação de novas

vertentes e reformulação do espaço produtivo rural, apontando para a consolidação, principalmente, de atividades de cunho não agrícola.

As recentes discussões sobre o espaço rural brasileiro têm destacado cada vez mais a importância das atividades não agrárias na composição da renda de milhares de agricultores familiares. No caso específico da atividade turística, ressalta-se que esta, além de sua reconhecida capacidade de geração de

emprego e renda, possibilita agregação de valor à produção rural ou artesanal, além de promover a conservação do meio ambiente e a valorização das culturas locais mediante ao resgate do modo de vida rústico dos agricultores, diminuindo, assim, a saída do homem do campo.

Buiainain et al. (2003) relataram que a agricultura familiar é composta por famílias pluriativas e compreende um modelo de agricultura no qual as atividades de gestão e trabalho estão relacionadas à própria família ou pessoas associadas; sendo esta a principal responsável pelo processo produtivo. Cabe salientar também que, segundo o Inca/FAO (1999), a agricultura familiar é responsável por 80% da produção de alimentos e matérias-primas que abastecem todo o território brasileiro, assim como, nos últimos anos, as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar têm revelado um crescimento considerável do setor, redefinindo os usos e remodelando novos produtos (ABROMAVAY, 1998).

Nesse sentido, as políticas públicas para o meio rural vêm ao encontro dessas novas necessidades que tais espaços reformulados expressam. Zimmermann et al. (2014) afirmaram que estas políticas se efetivam para nortear o desenvolvimento do meio rural sob a contextualização de um 'novo momento rural', caracterizado pelo incremento das atividades agrícolas com outras agregadas, gerando novas alternativas socioeconômicas no processo de enfrentamento da pobreza rural e desenvolvimento territorial.

Fernandes (2008) expôs que as políticas públicas para a agricultura familiar pautam-se na reprodução do processo histórico de desenvolvimento econômico, como ações estratégicas que preconizam as formas de acesso à renda e as oportunidades de crescimento pelo viés da reprodução do capital. Entretanto, a agricultura familiar no contexto dos assentamentos da reforma agrária apresenta a necessidade da reprodução da força de trabalho, que impõem o reconhecimento da potencialidade de construção de um projeto social e político, capaz de desvendar as contradições profundas no regime de propriedade que sustenta a exploração capitalista na sociedade brasileira (FERRANTE; SILVA, 1988).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, tem como finalidade a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, com o intuito de propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida e de renda. O programa apresenta-se como instrumento

de acesso às várias políticas públicas em escala nacional, estadual e municipal, além de contribuir para a ampliação dos recursos destinados ao financiamento e desenvolvimento dos programas especiais para atender diversas categorias e especialidades, no sentido de proporcionar melhores condições e infraestrutura às famílias dos agricultores, produzir efeitos diretos e indiretos sobre as economias locais e sobre a própria agricultura familiar (SARTOR et al., 2010).

Por sua vez, o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (PNTRAF), criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como objetivo promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre agricultores familiares, sempre os integrando aos arranjos produtivos locais, haja vista que as atividades econômicas em assentamento de agricultura familiar são marcadas por serem pluriativas.

Ademais, o turismo rural na perspectiva apresentada contempla a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda, agregando valor aos seus produtos e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior.

As razões ganham mais expressividade desde os primeiros projetos de assistencialismo e extensão rural que, associados às atividades de lazer e entretenimento, esporte, cultura, gastronomia, fortaleceram o trabalho dos agricultores familiar; a partir de então, diversos segmentos do turismo foram surgindo e/ou se adequando às novas demandas de mercado no sentido de fomentar e agregar valor para o desenvolvimento dos assentamentos (ARAÚJO et al., 2011).

Nesse contexto, surge a ideia de desenvolvimento do turismo na agricultura familiar; como a atividade turística que ocorre na unidade de produção das propriedades rurais, que visa manter as atividades econômicas típicas dos agricultores dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, e assim ofertar produtos e serviços de qualidade, como também proporcionar bem-estar aos envolvidos.

No universo dos 64 assentamentos da região Sudoeste mato-grossense foram selecionados para a nossa pesquisa os assentamentos rurais: Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, por apresentarem características que atendem aos princípios básicos do turismo rural. Conforme disposto em Araújo (2000), essas características são: possuir identidade própria; autenticidade; harmonia ambiental, preservação das raízes; divulgação dos

costumes locais e atendimento familiar. Nesse sentido, o estudo objetivou investigar as possibilidades de acesso às políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar e o turismo rural, considerando os produtos diferenciados produzidos nas unidades de processamento de tais assentamentos.

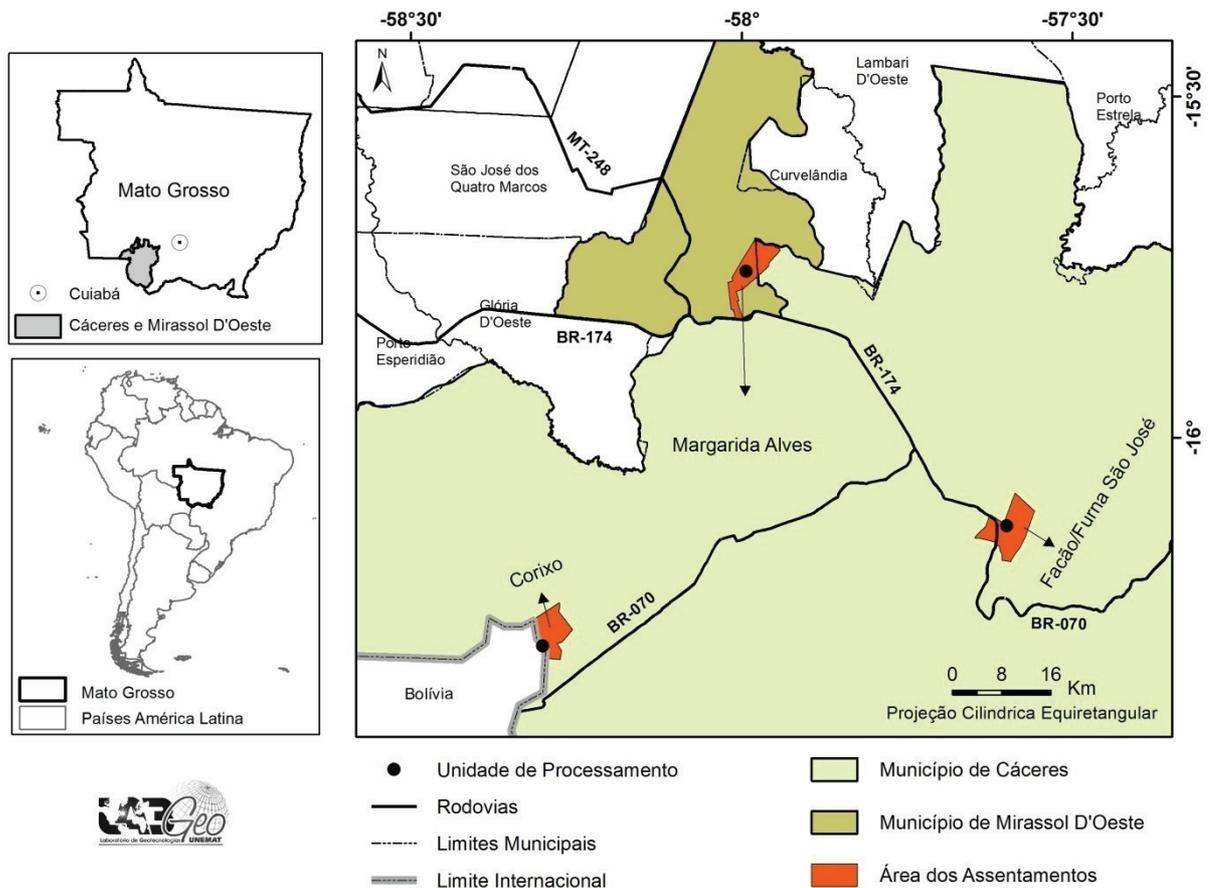
Este artigo foi estruturado, além dessa introdução, em três itens e ainda as considerações finais e as referências bibliográficas. No primeiro item, foi apresentada a contextualização dos assentamentos e dos caminhos metodológicos trilhados na pesquisa. No segundo foram abordadas as políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar, com o objetivo de compreender a realidade e as perspectivas de acesso para os assentamentos da região Sudoeste mato-grossense. O terceiro versa sobre a produção das unidades de processamento da região Sudoeste mato-grossense e apresenta o processo desde a coleta do fruto à comercialização dos produtos gerados nas agroindústrias.

**Contextualização dos assentamentos e os caminhos metodológicos do estudo**

Os municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste integram a VII região de planejamento do Estado, denominada região Sudoeste mato-grossense (PRADO et al., 2012). Esses municípios apresentam Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com valores de 0,708 e de 0,704, respectivamente (BRASIL, 2013).

Os municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste apresentam algumas características que se assemelham, tais como: o uso predominante da terra é voltado à pecuária, com a implantação de pastagens; centros de serviços; agroindustrialização das cadeias comerciais; potencialidades de expansão da atividade do turismo pelas belezas cênicas; tendência ao fortalecimento e diversificação da pequena e média produção; desenvolvimento de atividades ligadas às comunidades rurais e assentamentos de agricultura familiar (PRADO et al., 2012).

Os assentamentos Fação/Furna São José, Corixo e Margarida Alves (Figura 1) estão inseridos nos territórios municipais de Cáceres e Mirassol D'Oeste.



**Figura 1.** Localização dos assentamentos e suas respectivas unidades de processamento.

Fonte: Adaptado de Silva (2014).

O assentamento Facção/Furna São José foi criado em 1998, e localiza-se no município de Cáceres, distante da sede municipal cerca de 20 km; possui 40 famílias distribuídas em lotes que variam entre 10 a 40 hectares; suas principais atividades econômicas são: agricultura diversificada (mandioca, banana e milho), criação de pequenos animais (galinha, porco e etc.) e o extrativismo do fruto cumbaru. Desde 2005, as agricultoras deste assentamento constituíram um grupo denominado de 'Amigas do Cerrado' e iniciaram o desenvolvimento da atividade extrativista com a finalidade de diversificar a alimentação e possibilitar uma nova fonte de renda para suas famílias. Assim, o processamento do cumbaru é realizado na unidade edificada pelas agricultoras para a produção de alimentos.

Já o assentamento Corixo foi criado em 2002, pelo Incra, composto por 72 famílias de agricultores distribuídas em lotes de 40 hectares, está localizado no município de Cáceres, a 90 km da sede da cidade, na fronteira do Brasil com a Bolívia. As principais atividades econômicas são a pecuária leiteira e as culturas anuais, como o feijão, milho e arroz. Em 2006, as agricultoras deste assentamento formaram o grupo denominado de 'Amigas da Fronteira' e começaram a investir no extrativismo do pequi, a fim de melhorar a alimentação e posteriormente gerar renda complementar para as famílias (MENDES, 2012).

O assentamento Margarida Alves foi criado em 1996, é composto por 145 famílias distribuídas em propriedades de 25 hectares cada, localiza-se no município de Cáceres e Mirassol D'Oeste, distante a 55 km da cidade de Cáceres. As atividades econômicas desenvolvidas são: a criação de pequenos animais, a pecuária leiteira, olericultura e o extrativismo do babaçu. O assentamento possui uma agroindústria que processa o babaçu gerenciada pelo grupo de mulheres denominado de 'Margaridas'.

A vegetação predominante nesses assentamentos é de Savana, regionalmente denominado de Cerrado (MENDES et al., 2012).

O delineamento utilizado para a realização de nosso trabalho foi o estudo de caso, além da pesquisa bibliográfica, documental e de campo como procedimentos metodológicos. A execução do estudo iniciou pelo contato com os atores sociais dos assentamentos pesquisados, com os responsáveis pelas unidades de processamento e também com os demais agricultores, ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Para todas as pessoas que colaboraram como informante no estudo foi explicado o seu objetivo e a finalidade, e na sequência este decidia por participar

ou não do estudo, caso houvesse anuência na participação ao agricultor era apresentado os seguintes documentos: aceite de participação, termo de anuência prévia e a adesão ao termo de consentimento livre. Este procedimento encontra-se normatizado pelo 'Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso', no qual este estudo foi analisado e deferido para sua execução por meio do Parecer CEP Unemat n.º 055/2012.

A coleta de dados qualitativos e quantitativos, assim como as informações dos assentamentos foram obtidas na 'Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural' (Empaer), 'Instituto Nacional da Reforma Agrária' (Incra), 'Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais' (STTR) e 'Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional' (Fase). A sistematização, a análise dos dados e as informações possibilitaram a identificação de três unidades de processamento, cuja gestão e execução das etapas produtivas são realizadas pelas mulheres agroextrativistas da região, localizadas nos assentamentos Facção/Furna São José, Corixo e Margarida Alves.

Em cada unidade de processamento foi utilizado o 'Sistema de Posicionamento Global' (GPS) de navegação para o georreferenciamento das unidades de produção; além do formulário estruturado com questões mistas para obtenção do registro das informações; observação das etapas de produção dos gêneros alimentícios, ocorrida nos dias: 23/4/2013 na agroindústria do assentamento Facção/ Furna São José, 15/5/2013 no Margarida Alves e 3/6/2013 no Corixo, sendo todas as etapas documentadas visualmente por meio de fotografias, conforme previsto nos termos do CEP Unemat, que podem ser utilizadas para fins científicos.

Por considerar a continuidade dos trabalhos, optou-se pela constituição de 'Banco de Dados Geográficos' (BDG), o qual possibilita que as informações sejam espacializadas, visando à geração de representações cartográficas e combinadas a outras, que ao longo do tempo sejam produzidas. Assim, no laboratório de Geotecnologias (Labgeo) Unemat os dados coletados e as informações geradas foram organizados no 'Sistema de Informação Geográfica' (SIG), denominado ArcGIS (ESRI, 2007).

Este caminho metodológico adotado na execução do nosso estudo, principalmente o vinculado ao trabalho de campo com uso da técnica de observação, evidenciou a contribuição do gênero feminino na produção de alimentos e o quanto essa atuação tem sido significativa para o estabelecimento da autoestima e a reprodução social nos

assentamentos. Nessa ótica, concordamos com Mendes et al. (2014), pois se faz necessário que as mulheres agricultoras participem em igualdade com os homens no diálogo público e nas tomadas de decisão, já que labutam dia a dia na produção e colaboram efetivamente na reprodução familiar, mesmo diante:

[...] da invisibilidade do trabalho feminino no campo, na atualidade comprova-se a presença e participação das mulheres na produção agrícola e na transformação desses produtos em gêneros alimentícios. Portanto, pode-se afirmar que o trabalho da mulher no campo é decisivo para a garantia da segurança alimentar e, em muitos casos, para a manutenção da unidade produtiva. (MENDES et al., 2014, p. 72).

Essa realidade constitui uma das peculiaridades da agricultura familiar no âmbito regional, pois com seus produtos diferenciados, possibilita que os subsídios gerados neste estudo colaborem para os esforços preconizados pelo Pnud (2014, s/p.) que é

[...] incluir a igualdade de gênero e o empoderamento feminino nas ações para redução da pobreza, construção da governabilidade democrática, prevenção de crises e recuperação e promoção do desenvolvimento sustentável.

**Políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar: realidade e perspectivas de acesso a esses benefícios para assentamentos da região Sudoeste mato-grossense**

A Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, versa sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006) e define os requisitos que configura o agricultor familiar, sendo eles: praticar atividades no meio rural; não deter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; ter renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento e dirigir seu estabelecimento conjuntamente com sua família. Esta política baseia-se nos seguintes princípios:

1. Prática de associativismo, cooperativismo e outras formas de organização social;
2. Valorização e resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
3. Inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
4. Gestão social da atividade, priorizando a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
5. Estabelecimento das parcerias institucionais;
6. Manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura

- familiar;
7. Comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
8. Compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território, respeitando os valores e especificidades regionais;
9. Descentralização do planejamento e gestão dos programas acessados (BRASIL, 2006, s/p).

Esses agricultores familiares têm no âmbito do governo federal, instituído pelo MDA, diversos programas e políticas para o desenvolvimento do meio rural, que incentivam a regularização de terras, implantação de infraestrutura e consolidação de atividades da agricultura familiar e complementares, que visam à promoção do desenvolvimento local por meio de suas políticas públicas.

Sousa (2011) defende que as políticas públicas são importantes para o movimento emergente de uma determinada região e, que, a falta dessas políticas gera grande dificuldade de fixação do homem no seu meio, levando-os, assim, ao êxodo rural e ao aumento populacional nas cidades, de modo a acentuar os problemas sociais urbanos.

São várias as políticas do MDA, na Tabela 1 apresentam-se alguns desses programas e suas finalidades.

Dos programas mencionados na Tabela 1, os assentamentos investigados (Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves) acessam o Pronaf, que é a política pública que os financiam por meio de seus projetos individuais ou coletivos, gerando renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Para o acesso às demais políticas do governo federal, os assentamentos utilizam-se como instrumento de identificação do agricultor familiar a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), que os categorizam e os habilitam para o acesso às demais políticas.

Já o PAA e Pnae são políticas que os inserem no mercado de trabalho, por meio da compra direta no local com doação simultânea, que beneficiam creches, escolas e asilos. Esse processo é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de convênios firmados entre o MDA e os governos estadual ou municipal.

O programa PAA, segundo Martins (2012), é composto por ações base, que favorecem a compra de produtos agropecuários diretamente pelo governo, com preço definido; uma dessas ações é a compra com doação simultânea diretamente às populações em situação de insegurança alimentar, ou seja, é doada para a merenda escolar por meio do Pnae; oportunizando ao agricultor familiar a formação de estoque de produtos alimentícios que objetiva a sustentação de preços e agregação de valor.

**Tabela 1.** Programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que podem beneficiar a agricultura familiar e suas finalidades.

Programas	Finalidade
Programa de agroindústrias	Apoia a inclusão dos agricultores familiar no processo de agroindustrialização e comercialização de sua produção, agregando valor ao produto conjuntamente com a geração de emprego e renda no campo.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Colabora com o enfrentamento da fome e da pobreza, ao mesmo tempo fortalece a agricultura familiar.
Programa de Alimentação Escolar (Pnae)	Promove a aquisição e doação simultaneamente de gêneros alimentícios para serem distribuídos em unidades escolares, asilos e etc.
Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	Visa à melhoria da renda e qualidade de vida de famílias rurais, por meio de capacitação e aperfeiçoamento dos sistemas produtivos, acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável, através de suas diversas Redes.
Redes Temáticas de Ater	Oferta diversas linhas para acesso as políticas, nesse caso em específico, o Ater para Mulheres Rurais que, por meio de metodologias, inclui e reconhece o trabalho das mulheres nas atividades agrícolas e não agrícolas, o seu papel na preservação da biodiversidade, na agregação de valor e renda na unidade familiar; o Ater em Turismo na Agricultura Familiar contribui para a diversificação da atividade do campo e promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre agricultores familiares sempre integrados aos arranjos produtivos locais.
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)	Objetiva a implantação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família, objetivando o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, integrando-os à cadeia produtiva, gerando renda e agregando valor ao produto e à propriedade, modernizando o sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.
Programa de Diversificação Econômica	Fomenta iniciativas da área de diversificação da produção e da renda familiar através de produtos e mercados diferenciados, a agroindústria familiar, o turismo e o artesanato.
Programa Garantia-Safra (GS)	É uma ação do Pronaf para agricultores familiares da área de atuação da SUDENE, majoritariamente semiárida, que sofrem perda de safra por seca ou excesso de chuvas. Os agricultores que aderirem ao GS nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca ou milho, receberão a indenização diretamente do governo federal.
Programa Mais Alimentos	É uma ação estruturante que permite ao agricultor familiar investir na modernização da produção, via aquisição de máquinas, implementos e de novos equipamentos, para correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas, armazenagem, entre outros.
Programa Talentos do Brasil	Promove e estimula a troca de conhecimentos, valorizando a identidade cultural, promovendo a geração de emprego e renda e agregando valor à produção de grupos de artesãos rurais. Desenvolvido pelo MDA, apoia a estruturação de grupos produtivos de forma sustentável, focada no mercado e na gestão participativa.
Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa)	Garante a comercialização dos produtos da agricultura familiar, de cooperativas, associações e agroindústrias familiares em todo território brasileiro, e ainda ofertarem seus produtos para a alimentação escolar.
Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)	Garante às famílias agricultoras que acessam o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto.
Política Setorial do Leite	Traduzem em medidas concretas capazes de responder às especificidades da agricultura familiar, privilegiando a formulação de instrumentos de coordenação entre os elos da cadeia produtiva de modo a propiciar o aumento da competitividade dos produtos.
Programa Nacional de Sementes para a Agricultura Familiar	Articula-se a outras políticas de fortalecimento da agricultura familiar implantadas pela Secretaria de Agricultura Familiar/MDA, como o Pronaf e o SEAF, com a finalidade de assegurar condições de identificação, produtividade, adaptação, resistência e qualidade das sementes utilizadas pelas famílias agricultoras, reduzindo os riscos envolvidos nas atividades agrícolas.
Rede do Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede Traf)	Desenvolver o meio rural de modo sustentável mediante a implantação e fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, com geração de renda e trabalho no meio rural e consequente melhoria das condições de vida.
Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF)	Objetiva promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre agricultores familiares sempre integrados aos arranjos produtivos locais.
Programa Fome Zero	Com diversas ações conjuntas com diversos outros programas do governo federal como o PAA e o PNAE, que visam à inserção de produtores rurais nos arranjos produtivos e inclusão das produtoras rurais no mercado de trabalho.
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR)	Fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, promovendo a autonomia econômica das mulheres, incentivando a troca de informações, de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013).

Para assegurar acesso às políticas, os agricultores familiares devem se regularizar obtendo a DAP, a partir disto, as mulheres se habilitam para fornecer seus produtos pelo PAA e Pnae, e assim acessar diversas políticas, com o auxílio das entidades de classes e outros órgãos instruidores.

Teixeira (2002) afirma que as políticas públicas tornam-se sanadoras de necessidades dos agricultores familiar, norteando-os na definição de estratégias para a sua melhor inserção nos mercados.

Nesse sentido, essas políticas os subsidiam na melhoria de seus produtos e/ou serviços.

No tocante à assistência técnica, os agricultores dos assentamentos investigados recebem auxílio dos técnicos do STTR de Cáceres e da Fase, que os orientam na elaboração de projetos para angariar fundos, desde a construção das unidades de processamento, acesso a documentações e transferência de tecnologias para melhorias em suas produções.

Com o acesso aos programas, como é o caso do Pronaf, PAA, Pnae e outros, os assentamentos

Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, foram beneficiados com a construção das cozinhas, dos fornos e compra de equipamentos utilizados para a produção dos gêneros alimentícios.

**Produção das unidades de processamento da região Sudoeste mato-grossense: da coleta do fruto a comercialização dos produtos**

Nas unidades de processamento dos assentamentos Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, a produção é feita por três grupos, contendo oito mulheres cada grupo, sendo que a faixa etária dessas mulheres varia entre 28 e maior de 60 anos de idade.

Neste caso, a produção do pão e da bolacha enriquecida é realizada em suas respectivas unidades, em dias pré-estabelecidos que variam de uma a duas vezes na semana, sendo entregue aos consumidores no dia seguinte.

O recolhimento para a entrega desses gêneros alimentícios é feito diretamente na unidade de produção pelo motorista do ônibus, que faz o transporte dos alunos até a escola, ou por um carro designado ao recolhimento dos alimentos. Esses produtos são distribuídos nas unidades escolares e lar de idosos, sem ônus algum para a instituição que os recebe.

As três unidades de processamento destes assentamentos fazem parte da 'Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal' (Arpep), que é composta por 180 famílias entre assentados e comunidades tradicionais, com sede no assentamento Corixo, na rodovia BR-070, km 804, administrada por uma entidade civil sem fins lucrativos, formada por agroextrativistas, ecologistas e comunidades tradicionais que se encontram em processo de transição de práticas da agricultura tradicionalista para a agroecológica.

No processo que antecede a produção, as mulheres dos três assentamentos recebem auxílio dos esposos na coleta dos frutos e também no corte de lenhas que abastecem os fornos.

Os frutos do cumbaru, pequi e babaçu são coletados e inseridos em sacas para facilitar o transporte até as residências das agricultoras pertencentes aos grupos, onde são feitos os processos de retirada das cascas, de armazenamento e posteriormente destinados à produção alimentícia. O transporte das sacas é feito por uma charrete da área de coleta até as residências.

Na unidade de processamento do assentamento Facão/Furna São José, o grupo de mulheres 'Amigas

do Cerrado', após a coleta do fruto, realiza a quebra do coco para a retirada da matéria-prima que é a castanha. Essa quebra, segundo as agricultoras, é a etapa mais difícil de todo o processo, tanto que, utilizam uma máquina desenvolvida pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres.

Assim, a castanha é moída e transformada em farinha e utilizada juntamente com outros ingredientes, para a produção de pães e bolachas, além disso, também é usada na produção de outros produtos, tais como: licores; rapaduras; castanha (torrada com sal e açúcar); farinha e bombons, que são comercializados em outros mercados.

Já na unidade de processamento do assentamento Corixo, após a coleta do fruto, realizam o processo de descascação para a retirada da polpa (matéria-prima). Pela sazonalidade dos frutos, as mulheres do grupo 'Amigas da Fronteira' torram a polpa do pequi e produzem a farinha utilizada para enriquecimento de pães e bolachas.

A partir de uma técnica adquirida em treinamentos, as mulheres do grupo do assentamento Corixo armazenam os frutos congelados após o pré-cozimento, e isso garante a polpa disponível o ano inteiro, e ainda não há perda na qualidade ou interferência no sabor do produto final. Além disso, produzem licor, farinha, óleo, conservas e doces para comercialização em outros mercados.

No assentamento Margarida Alves, o grupo das 'Margaridas', em sua unidade de processamento, após a retirada da casca, extraem do fruto o mesocarpo que é transformado em flocos para melhor armazenamento, esses flocos são triturados mecanicamente gerando a farinha, que é a base para a produção de pães e bolachas, e também são utilizados no comércio institucional e ainda na confecção de licor, paçoquinha, bolos e artesanato feito do coco. Além da comercialização dos produtos enriquecidos com babaçu, são entregues, em parceria com outros agricultores do assentamento Margarida Alves, 43,5 kg de hortaliças e frutos para encremento da merenda escolar.

Dos frutos cumbaru, pequi e babaçu tudo é aproveitado, pois ao final dos processos, as cascas que não são utilizadas nos fornos como carvão, nos casos do cumbaru e babaçu, servem como adubo para as plantas ou como alimento para animais, e no caso do pequi a casca é utilizada para fazer sabão.

Neste contexto, os processos de produção de uma e outra unidade variam em algumas etapas de

acordo com que se pode aproveitar do fruto e a criatividade das mulheres. A produção de pães e bolachas desses assentamentos são distribuídos nas unidades escolares, asilos e pastorais próximas ao assentamento e na região.

Na Figura 2, são apresentadas as etapas de processamento dos frutos (cumbaru, pequi e babaçu) desde a coleta até a comercialização dos produtos e consumidores finais, conforme observado durante o processo produtivo em cada unidade de produção dos grupos de mulheres, nos três assentamentos. No processo de produção, contado continuamente, os grupos gastam em média de 8 a 12h, desde o beneficiamento dos frutos (cumbaru, pequi e babaçu) até o produto embalado pronto para entrega, ou comercialização.

Nos três grupos investigados, além de enriquecerem o que produzem com os frutos do cerrado, ainda buscam novos sabores, adicionando outros frutos, batata e abóbora, diversificando assim seus produtos.

A comercialização é realizada por contrato feito com a Conab/MDA, pelo PAA, e ainda em parceria com as prefeituras que utilizam esta produção para a merenda escolar, através do Pnae.

Na Tabela 2 é apresentado o demonstrativo da produção atual realizada nas três unidades de

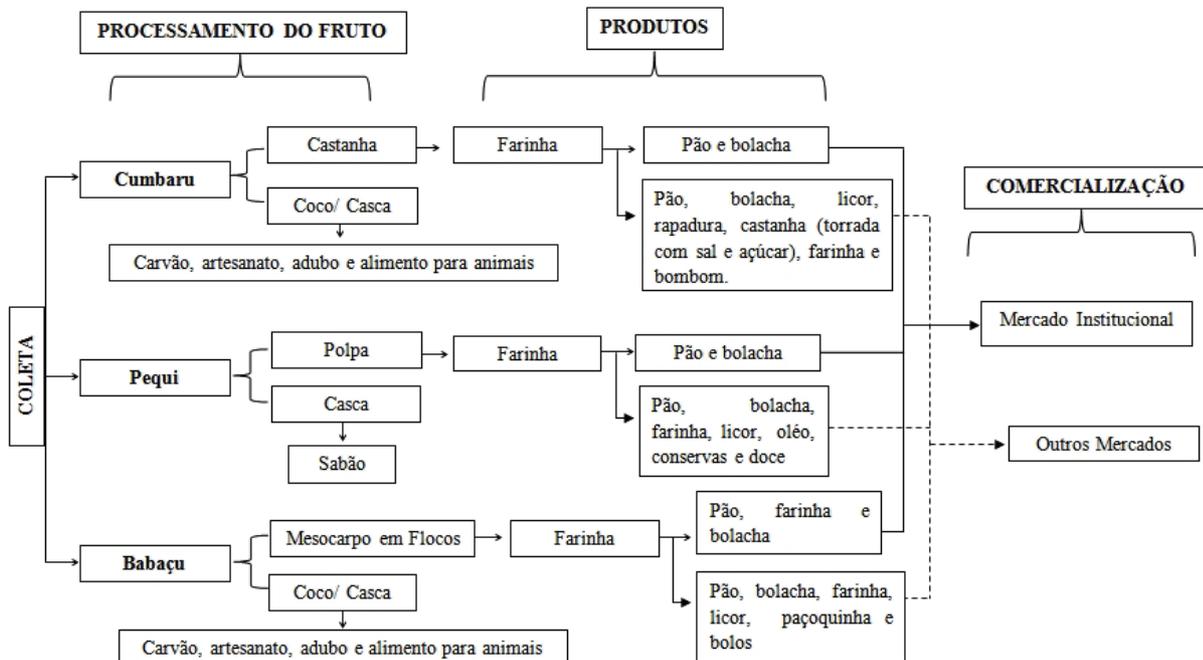
processamento e os consumidores finais. A produção gerada pelos grupos de mulheres apresenta aspectos positivos, pois beneficiam famílias envolvidas na produção, e ainda agrega renda a essas famílias e inclui as mulheres no mercado de trabalho.

Como se nota, o acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e erradicação da fome via políticas e programas governamentais (Pnae e PAA) geram mudanças na vida dos assentados, pelo manejo sustentável dos recursos naturais, na geração de renda e na promoção da segurança alimentar e nutricional de muitas pessoas.

Na Figuras 3a e b é apresentada a produção dos alimentos distribuídos nas escolas e as crianças recebendo os produtos na merenda escolar.



**Figura 3.** A) Produção de bolachas na unidade de produção das Amigas do Cerrado. B) Entrega da merenda escolar aos alunos, produto recebido da unidade das Amigas da Fronteira. Fonte: Silva (2014).



**Figura 2.** Processo produtivo observado nas unidades de processamentos dos frutos do cerrado, dos grupos Amigas do Cerrado (cumbaru), Amigas da Fronteira (pequi) e Margaridas (babaçu).

Fonte: Silva (2014).

Tabela 2. Demonstrativo da produção atual e consumidores.

Grupo	Fruto	Consumidores	Produtos			
			Pão (kg) <sup>1</sup>	Bolacha (kg) <sup>1</sup>	Farinha (kg) <sup>2</sup>	Outros produtos <sup>3</sup>
Amigas do Cerrado	Cumbaru	Escola APAE	15	16,25	-	-
		Casa da criança	10	5	-	-
		Escola Vitória Régia	20	15	-	-
		Escola Novo Oriente	30	20	-	-
		Outros Mercados	*	*	*	*
Amigas da Fronteira	Pequi	Escola de Clarinópolis	40	11	-	-
		Escola do Limão	15	15	-	-
		Escola do Sapiquá	15	8	-	-
		Escola da Corixa	10	4	-	-
		Escola Corixinha	5	3	-	-
		Outros Mercados	*	*	*	*
		CEI Pequeno Polegar	3	2	-	-
		CEI Francisco Cruz	5	4	-	-
		CEI Vereador Edson A. A. Tamandaré	-	25**	-	-
		CEI Chapeuzinho Vermelho	6	5	-	-
Margaridas	Babaçu	Escola Zumbi dos Palmares	-	10	-	-
		Escola Enedi Pontes Castilho	-	11	-	-
		Pastoral da criança da comunidade N. Sra Aparecida	3	2	50	-
		Pastoral da criança da comunidade Santíssima Trindade	-	-	48,58	-
		Pré-escola Comecinho da Vida	9	3	-	-
		Centro Social João Paulo II	-	14	-	-
		Lar dos Idosos	-	2	-	-
		Outros Mercados	*	*	*	*

<sup>1</sup>Entrega por semana; <sup>2</sup>Entrega por mês; <sup>3</sup>Licor, rapadura, castanha torrada (com sal e com açúcar), artesanato, óleo, doce, conserva, paçoquinha, bombom etc.; \*Conforme demanda; \*\*Entrega por quinzena. Fonte: Elaborado pelos autores.

Outra forma de comercialização da produção tem sido a realizada nas feiras agroecológicas (Figura 5a e b) organizada nas cidades da região e em feiras nacionais. As feiras, geralmente são promovidas por grupos de agricultores apoiados por outras entidades ou agentes sociais, como o STTR, Ministérios do Governo Federal, a Fase, o ISPN e outros. A participação e a comercialização nas feiras são realizadas em comum acordo com todas as mulheres dos grupos 'Amigas do Cerrado', 'Amigas da Fronteira' e das 'Margaridas', para isso, há uma seleção de duas ou mais representantes dos três grupos para exporem e comercializarem os produtos gerados.



Figura 5. A) Registro da feira cultural que acontece anualmente no dia do produtor rural, realizada pelo sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cáceres. B) Registro da comercialização realizada pelas representantes dos grupos das mulheres da associação Arpep.

Fontes: (A) Silva (2014); (B) Gias (2013).

Schneider e Silva (2004) afirmaram que a agricultura familiar que recebe apoio técnico e financeiro se fortalece social e produtivamente, além de contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais, e diversificando a produção e

melhorando consideravelmente a qualidade de vida dos envolvidos.

Corroborando com a ideia de benefícios do sistema produtivo empregado pelos grupos das mulheres, Caporal e Costabeber (2000) descreveram as multidensões que estes sistemas abarcam, sendo: ecológica que maneja a matéria-prima de modo que sustente o processo produtivo; econômica que gera e garante emprego aos agricultores; social que garante a inclusão das mulheres na produção; cultural que preserva a essência e os modos característicos dos produtores; política que garante representatividade, autonomia e visibilidade dos produtores e ética que mantém a relação intra e entre gerações por meio da solidariedade e conservação.

Em face disto, há o reconhecimento dos benefícios que essa produção traz aos envolvidos, como é o caso do concurso 'Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável', organizado pela Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República, nessa solenidade a associação Arpep ficou entre as 30 finalistas do prêmio, sendo a única representante de Mato Grosso e uma das três da região Centro-Oeste.

No dia 8 de março de 2013, nesse concurso, as representantes da Arpep, Maria Alves Miranda e Cleonice Maria da Silva, foram agraciadas com troféu, como forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres, apresentando-se como uma das alternativas para a agricultura familiar, que estimula a conservação do Cerrado, a segurança alimentar e a geração de emprego, e isso significa geração de renda e inclusão das mulheres nas cadeias produtivas.

Desse modo, analisando o perfil das mulheres dos grupos 'Amigas do Cerrado', 'Amigas da Fronteira' e o grupo das 'Margaridas', conjuntamente com políticas públicas nacionais (Tabela 1), observa-se que ambas apresentam-se como possibilidade de acesso para obtenção de crédito, por meio das linhas de incentivo ao turismo na agricultura familiar fomentado via Rede Traf; o Suasa; o Programa Talentos do Brasil; as linhas da Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rede Ater), direcionadas para Mulheres Rurais, para o Turismo na Agricultura familiar e o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

Os programas mencionados promovem o desenvolvimento de novos produtos da agricultura familiar e produtos diferenciados para a sua inserção nas cadeias produtivas, bem como a estruturação e organização socioeconômica desses grupos.

Embora em âmbito nacional, seja, questionada a eficiência dessas políticas, em função de ao longo de sua existência se apresentarem falhas, os agricultores que tiveram acesso ou são beneficiados por tais políticas, a entendem como possibilidades para o desenvolvimento dessas localidades e agregação de valor aos seus produtos.

### Considerações finais

Os resultados mostram que mesmo com as dificuldades enfrentadas, a produção da agricultura familiar investigada constitui-se em mecanismos de sobrevivência dessas famílias, pois a solidariedade, a criatividade e a alegria com que trabalham, as impulsionaram a buscarem alternativas frente às dificuldades impostas pelo sistema econômico atual.

Nota-se que o acesso às políticas públicas pelos grupos das mulheres, lhes dá a possibilidade de construção de sua autonomia e identidade local, e assim contribuindo para o aumento da renda familiar.

Embora haja dificuldades e desafios para serem superados, como é o caso da rentabilidade da produção, a valorização da mulher no meio rural (ainda que políticas tenham avançado nessa questão), a reforma agrária, a regularização fundiária etc., nota-se que o acesso ao PAA e Pnae, beneficiou esses agricultores familiares amenizando as dificuldades de escoamento de suas produções, além de garantir sua inserção no comércio local.

Por fim, outro fator essencial é a questão da organização social, que por meio de associações, cooperativas e grupos, como o caso das mulheres mencionadas neste estudo, tornando-as mais fortalecidas, garantindo o acesso a programas para o fomento de suas atividades.

### Agradecimentos

Este estudo contou com auspícios financeiros advindos da Coordenação de 'Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes', por meio de concessão de bolsa estudo em nível de mestrado vinculado ao projeto de pesquisa 'Modelagem de indicadores ambientais para a definição de áreas prioritárias e estratégicas à recuperação de áreas degradadas da região sudoeste de Mato Grosso/MT', vinculado à sub-rede de estudos sociais, ambientais e de tecnologias para o sistema produtivo na região Sudoeste mato-grossense (Rede Asa), financiados no âmbito do Edital MCT/CNPq/FNDCT/FAPs/MEC/Capes/Pro-Centro-Oeste n.º 031/2010. E de recursos financeiros do projeto de extensão 'Atividades extrativista e turística: perspectivas para geração de renda através de produtos e serviços na agricultura familiar na região Sudoeste mato-grossense de planejamento', no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura familiar (Pada), na região Sudoeste mato-grossense de planejamento desenvolvido, aprovado no edital Proext 2014 - MEC/SESu.

### Referências

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 132-152, 1998.
- ARAÚJO, A. L. M. M.; BAHIA, E. T.; FERREIRA, W. R. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo sobre as possibilidades e limitações no município de Alfredo Vasconcelos, MG. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 3, p. 370-383, 2011.
- ARAÚJO, J. G. F. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.
- BRASIL. **Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROU, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, p. 16-37, 2000.
- ESRI. **ArcGIS desktop**: Release 9.2. Redlands: Environmental Systems Research Institute, 2007.
- FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial: questão agrária. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173-230.

- FERRANTE, V. L. S. B.; SILVA, M. A. M. A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, v. 11, n. 11, p. 33-51, 1988.
- GIAS-Grupo de intercâmbio em agriculturas sustentáveis. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/EmpoderamentoMulheres.aspx>>. Acesso em: 28 set. 2013.
- INCRA/FAO-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.
- MARTINS, T. S. Caracterização do grupo de mulheres das Margaridas no assentamento Margarida Alves - Cáceres/Mirassol D'Oeste - MT. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-12.
- MENDES, M. F. **Agricultura familiar extrativista de frutos do cerrado na região sudoeste Mato-grossense - Brasil: produção e manejo ecológico**. 2012. 73f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola)-Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2012.
- MENDES, M. F.; FERNANDES, R. S.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; SILVA, E. F.; KREITLOW, J. P.; NEVES, L. F. S. Extrativismo e geração de renda nos assentamentos rurais Facão/Furna São José e Margarida Alves, região sudoeste Mato-grossense, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-11.
- MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; SILVA, T. P. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 71-89, 2014.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programas e ações**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/a%C3%A7%C3%B5es-e-programas>>. Acesso em: 28 set. 2013.
- PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: Pnud/Ipea; Fundação João Pinheiro, 2013.
- PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Empoderamento das mulheres**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/EmpoderamentoMulheres.aspx>>. Acesso em: 28 set. 2014.
- PRADO, J. G. B.; BERTCHIELI, R.; OLIVEIRA, L. G. **Plano de longo prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes**. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso. Cuiabá: Central de Texto, 2012.
- SARTOR, M. J.; CÂMARA, M. R. G.; NASCIMENTO, S. P.; SATO, E. T.; ANTUNES, R. L. Contribuição do Pronaf para o crescimento das economias locais: uma análise para o Brasil e regiões. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. p. 1-19.
- SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infra-Estrutura e Serviços no Estado do Rio Grande do Sul (1997-2000). In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 147-174.
- SILVA, M. A. **Produção agroindustrial desenvolvida nos assentamentos da região sudoeste Mato-Grossense e a atividade de turismo rural**. 2014. 89f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) - Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2014.
- SOUSA, E. G. **Políticas públicas voltadas ao homem do campo - o Pronaf em Bananeiras - PB**. 2011. 20f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal)-Universidade Federal da Paraíba Virtual, Universidade Aberta do Brasil, 2011.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2002.
- ZIMMERMANN, S. A.; GRISA, C.; TECCHIO, A.; LEITE, S. P.; BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G.; MALUF, R. J.; MATTEI, L. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 540-573, 2014.

*Received on April 19, 2014.*

*Accepted on October 8, 2014.*

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.